



XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

25 anos

2017



Segregação e acesso diferenciado à educação básica: desempenhos desiguais nas escolas de Campinas

Viviane A. De Araújo*

Resumo

O objetivo do presente estudo é investigar a relação entre a dimensão espacial e o funcionamento das políticas públicas no contexto da segregação residencial. Além do isolamento social, a segregação residencial pode ocasionar a ausência de acesso a políticas públicas ou acesso a políticas públicas com qualidade diferenciada, fato que, no caso analisado, explica a ocorrência de desigualdades educacionais. Para tanto, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referentes ao município de Campinas, será possível identificar a sobreposição das condições sociodemográficas e dos índices mais baixos de desempenho escolar, a fim de demonstrar a concomitância da segregação e da discrepância da qualidade educacional.

Palavras-chave:

Segregação socioespacial, desempenho escolar, políticas públicas educacionais.

Introdução

Com base no pressuposto de que o local de residência importa, o objetivo deste estudo é desvendar a relação entre a dimensão espacial e o funcionamento da política pública de universalização da educação no contexto da segregação residencial. Para tanto, utilizou-se dos dados do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e dos dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Assim, o perfil socioeconômico dos bairros de Campinas foi sobreposto ao desempenho escolar de suas respectivas instituições de ensino. Também se apresenta onde estão localizadas e agrupadas as áreas de pobreza e de riqueza no município de Campinas com o Índice de Moran Local.

Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa demonstram haver, de fato, uma relação entre espaço e qualidade da política pública. Através do uso do Índice de Proficiência (desempenho em português e matemática), percebeu-se que grande parte das escolas públicas de educação básica da rede estadual (5ª a 8ª série) de Campinas apresentaram resultados diferenciados espacialmente, de modo que os melhores resultados foram identificados em escolas localizadas em áreas privilegiadas do município, enquanto as escolas localizadas em áreas de concentração de pobreza e pior infraestrutura apresentaram resultados mais baixos. O entendimento da segregação implica, deste modo, a compreensão da relação entre espaço físico e espaço social, uma vez que a configuração do espaço físico tende a refletir as desigualdades do espaço social. Se hoje não se pode dizer que o Estado se ausenta de espaços segregados e periféricos, dado que as políticas estão implementadas, pode-se, contudo, questionar porque há discrepância entre equipamentos públicos gerenciados pela mesma instância governamental, com os mesmos recursos e diretrizes operacionais. Este resultado põe em evidência a necessidade e o desafio de se equacionar qualidade e quantidade na política educacional universalizada no Brasil. A expansão não assegurou a qualidade.

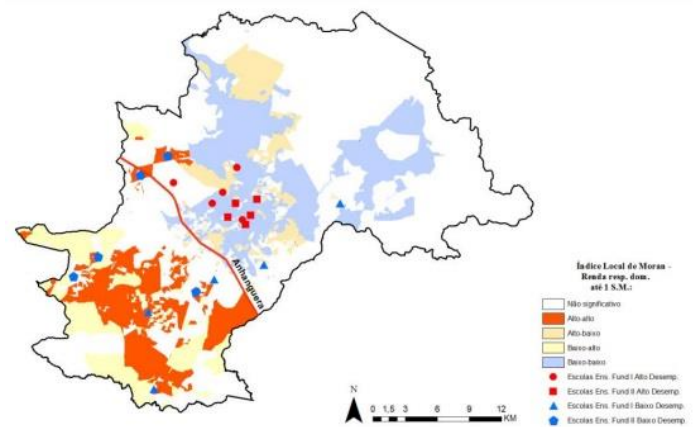


Figura 1. Índice de Moran Local e a distribuição espacial das escolas públicas de ensino fundamental, segundo desempenho escolar, em Campinas, 2010.

Conclusões

O local de residência importa, este é o pressuposto e também a conclusão desta pesquisa. Morar em espaços segregados, que padecem de deficiências as mais diversas, expõe indivíduos ao acesso a bens e serviços públicos com qualidade diferenciada, além do isolamento social. Assim, é evidente que o fator espacial deva ser considerado no desenho das políticas públicas. Caberia desvendar, ainda, os mecanismos que articulam a relação entre espaço e políticas públicas, dado que o escopo deste estudo restringe esta análise por ora.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que patrocinou a presente pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

KOSLINSKI, M. C.; LASMAR, C.; ALVES, F. Observatório Educação e cidade: algumas hipóteses sobre a relação entre território e oportunidades educacionais. *Emetrópoles*, n° 8, ano 3, p. 1-20, março de 2012.